



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: 0020428-37.2012.8.26.0566
 Classe - Assunto Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário
 Requerente: Jercino Barbosa
 Requerido: Inss Instituto Nacional do Seguro Social

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Alex Ricardo dos Santos Tavares

Vistos.

O autor Jercino Barbosa propôs a presente ação contra o réu INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, pedindo: a) revisar o benefício de auxílio doença de n. 505.009.144-2, recalculando o salário-de-benefício na forma estabelecida pelo artigo 29, inciso II, da Lei 8.213/91 (80% - oitenta por cento dos maiores salários-de-contribuição), com reflexos na renda mensal do benefício de aposentadoria por invalidez; b) implantar a nova renda mensal inicial no cálculo do benefício do auxílio-doença, bem como na aposentadoria por invalidez; c) pagar as diferenças vencidas, desde a DIB e vincendas decorrentes da revisão; d) pagar os valores atrasados por meio de RPV.

O réu, em contestação de folhas 36/40, pede a improcedência do pedido, porque o número de contribuições empregado para efeitos de estipulação dos rendimentos concedidos à parte autora ateve-se, estritamente, aos padrões sufragados nos regramentos de tratamento do gênero discutido.

Réplica de folhas 45/51.

Decisão saneadora de folhas 62, afastando-se as preliminares, determinando-se ao réu a juntada do procedimento administrativo.

Procedimento administrativo de folhas 69/88.

Pedido de esclarecimento do autor às folhas 90.

Esclarecimentos do réu (folhas 99).

Pedido do autor para que o réu apresente a simulação do cálculo (folhas 108).

Assumi a presidência do processo e proferi a decisão de folhas 116, determinando-se o envio dos autos ao contador e, após, memoriais das partes.

Informação do réu às folhas 124.

Informação da contadoria às folhas 141.

Memoriais do autor às folhas 149/155.

Relatei. Decido.

Concluiu a contadoria do Juízo que foi efetuada a revisão automática da RMI, gerando complemento positivo ao autor, o qual já foi pago, não havendo diferenças a receber. Confira: folhas 141.

Com efeito, os memoriais de folhas 149/155 não desconstruíram a conclusão da contadoria.

Desse modo, há de ser acolhida a tese do réu, qual seja, que a revisão foi realizada devidamente, não tendo o autor nada a receber.

Nesse sentido: "REVISÃO ACIDENTÁRIA - AUXÍLIO-DOENÇA - BASE DE CÁLCULO - SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO - APURAÇÃO NOS MOLDES DA LEI DE REGÊNCIA. "Levando-se em conta que o INSS apurou o salário-de-benefício


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

com estrita obediência ao comando do inciso do artigo 29 da Lei 8.213/91, ou seja, mediante adoção da média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, não há que se falar em recálculo da renda mensal inicial".(Relator(a): Luiz De Lorenzi; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 16ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 08/03/2016; Data de registro: 29/04/2016)".

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condene o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 800,00, ante a inexistência de complexidade, com atualização monetária desde a data de hoje e juros de mora a contar do trânsito em julgado, observando-se os benefícios da gratuidade processual. P.R.IC.São Carlos, 03 de agosto de 2016.DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA